

Os bolcheviques e a Revolução de Outubro

Introdução às Actas do Comité Central do Partido Operário Social-Democrata Russo (b)

(Agosto de 1917 a Fevereiro de 1918)

Giuseppe Boffa*

Os textos recompilados constituem uma fotografia do momento mais decisivo de toda a história da URSS (e por certo de toda a nossa história mais recente). Estes textos têm o valor e os limites de todo o documento fotográfico. Sobretudo, conservam do documento fotográfico a sua grande imediação. Constituem tudo o que ficou de quem foi o estado-maior da Revolução de Outubro. Os que foram os dirigentes máximos, em 1917, dos bolcheviques, membros do Comité Central do partido encontram-se, discutem, agem e decidem com Lenine e à sua volta. Três dezenas de pessoas. Nomes conhecidos, tantas vezes recordados, ainda que implacavelmente discutidos: Estaline, Sverdlov, Dzerzhinsky, Trotsky, Zinoviev, Kámenev, Bukharin, Aleksandra Kollontay. E outros, que foram menos conhecidos no exterior e que por isso são mais facilmente esquecidos (poucos conhecem hoje quem foi um Artiom, um Berzin, um Bubnov), mas naqueles meses desempenharam, por certo, um papel não inferior. Das reuniões em que eles adoptaram decisões capitais para a revolução e o seu desenvolvimento só restam estes apontamentos, escritos no decurso das discussões em simples folhas de papel, em geral pelo punho e com a letra da própria Elena Stásova, então candidata a membro do Comité Central e secretária do mesmo. Estas folhinhas representam hoje um dos documentos mais preciosos do arquivo do Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscovo. Enquanto os dirigentes bolcheviques discutiam, e Stásova consignava no papel os seus actos e as suas palavras, Petrogrado e em toda a Rússia viviam as jornadas mais intensas da revolução; aquelas em que os operários se armavam, em que os camponeses começavam a apoderar-se da terra pela força, em que os soldados se recusavam a continuar a combater e o governo da burguesia, coligado com as forças intermédias, dava os seus últimos estertores, em que a revolução triunfava em Petrogrado, em Moscovo e depois em todo o país, e em que o jovem poder operário e camponês começava as primeiras e ferozes batalhas contra a reacção interna e a pressão imperialista externa. Das presentes actas surgem as posições que os dirigentes bolcheviques assumiram naquelas semanas decisivas, à cabeça do partido que naquele momento era o coração e o cérebro do movimento, travando batalhas que não só então tiveram grande importância, mas que durante muito tempo serão objecto de escritos e discussões. Ao mesmo tempo emergem as figuras políticas mais notórias com as suas qualidades e defeitos, e às vezes até com os seus temperamentos.

Os apontamentos foram por certo tomados apressadamente, inclusive são incompletos e por vezes estão truncados. Foram feitos da maneira possível naquele momento. Certamente que não havia taquígrafos nem gravadores para recolher tudo o que cada um dizia. Por outro lado,

as primeiras actas são as mais sintéticas, tornando-se, pouco a pouco, mais minuciosas. Amiúde recorre-se a abreviaturas, referências alusivas, rapidíssimas valorações sobre factos que se supõem conhecidos. Aqui e ali o texto pode ser, inclusive, indecifrável; noutros lugares deixará uma ou outra dúvida. Como é óbvio não se trata de uma obra de história, mas de uma dessas preciosas imagens de uma época, que constituem a matéria-prima indispensável para depois fazer a história. Ficam como um dos documentos mais válidos dentro dos disponíveis, enquanto fonte de informação sobre a revolução, sobre o modo de actuar do partido bolchevique e do seu núcleo dirigente. Estas actas são invariavelmente citadas em todas as histórias que tratam aquele período com alguma profundidade. Por tudo isto pode parecer pelo menos insólito que se tenha pensado publicá-las integralmente. Mas agora, e daqui em diante, estas actas não são mais um documento que apenas interessem aos historiadores. Não o são porque o período a que se referem é demasiado extraordinário: não pode deixar de suscitar, nos interessados, o desejo de as conhecer, indo directamente às fontes. Precisamente pelas paixões que aqueles acontecimentos ainda são capazes de provocar, a informação, mesmo que seja mais minuciosa, nunca pode parecer suficiente o bastante.

O Comité Central, de cujas reuniões se recolhem aqui as actas, é o que foi eleito no VI Congresso do partido bolchevique e permanece em funções, ainda que com algumas modificações devido a algumas demissões, até ao VII Congresso. O primeiro teve lugar em fins de Julho e começos de Agosto (de acordo com o velho calendário) de 1917. O segundo realizou-se em começos de 1918 (segundo o nosso calendário, que entretanto já tinha sido adoptado na Rússia). Um período de sete meses, que comoveu o mundo, como se assinalou como uma concretização feliz, um período que abriu – hoje a nossa própria experiência nos dá a certeza disso – uma nova fase na história dos homens, uma fase que esteve e estará cada vez mais condicionada por essa revolução. São meses que só por si valem por décadas: vieram avançar velozmente a história, com aquele passo tão rápido e persuasivo que é – segundo observou o que foi nela o principal protagonista – apenas característico das épocas profundamente revolucionárias. Da crise de Julho, que obrigou os bolcheviques a entrarem numa semi-clandestinidade, chegou-se à paz de Brest-Litovsky, passando pelo levantamento de Kornilov, da sua derrota, da paralisia do governo de Kerensky, da insurreição e da proclamação do poder operário, da dissolução da Assembleia Constituinte, do armistício com os alemães, da renovada ofensiva destes, das primeiras crises do poder soviético até à decisão de assinar a paz impostas pelas potências centrais. Foram meses de tal maneira ricos em acontecimentos, em opções decisivas e em duros conflitos, que sem os mesmos nem sequer pode ficar clara a continuidade da história soviética.

Assim se explica também o papel político que estas actas desempenharam em duas ocasiões, no restabelecimento da verdade histórica. As duas aparições das actas na URSS – pela primeira vez em 1929 e depois em 1958 – tiveram em ambas as oportunidades uma função desmistificadora. Serviram para desfazer os mitos com que se tinham atribuído a esta ou a

aquela personalidade méritos excepcionais ou quase exclusivos, na grande vitória de Outubro. Na primeira vez as actas golpearam a lenda de Trotsky. Três décadas depois serviram para dissolver a de Estaline. Na realidade, as actas não destruíram nem uma nem outra figura: serviram para as situar no seu lugar justo, colocando-as na verdadeira dimensão a sua participação – muito ao contrário de ser secundária ou desdenhável – nos meses da revolução vitoriosa.

As actas permitiram, na polémica com Trotsky, ainda antes de terem sido publicadas, esclarecer certos equívocos quando, em 1924, sendo ele então o ministro da Guerra, tentou fazer crer com as Lições de Outubro, ou fazer acreditar através dos seus partidários, que tinha sido ele, juntamente com Lenine, o único fautor e dirigente da revolução. Esta campanha Trotskista encontrava o seu apoio numa versão, naturalmente inexacta, de alguns acontecimentos capitais que foram difundidos por John Reed na sua muito famosa reportagem. O jornalista norte-americano tinha narrado [1] que na reunião de 23 de Outubro de 1917, na qual o Comité Central bolchevique, com a participação de outros militantes de Petrogrado, devia decidir a insurreição, só se tinham pronunciado a favor da decisão, Lenine e Trotsky, até que um operário enfurecido se pôs de pé e disse, em nome do proletariado da capital, que se avançasse com a insurreição pois, caso contrário, as fábricas abandonariam os bolcheviques. Só então teria sido aprovada a decisão. É certo que esta imagem é, como outras semelhantes do livro de Reed, sugestiva e eficaz. Mas não corresponde à verdade tal como pode ser comprovado pelas actas: estas sintetizam de forma correcta a verdadeira natureza da batalha que Lenine teve de conduzir, inclusive no Comité Central do partido, para aprovar oportunamente o projecto de insurreição armada. A decisão foi adoptada pelo Comité Central na sua sessão de 10 (23) de Outubro, mas esta sessão não foi aberta a outros militantes e nela se manifestou unicamente a oposição de Zinoviev e Kámenev. Seis dias depois, realiza-se uma reunião na qual estavam presentes outros militantes de Petrogrado; não obstante a renovada hostilidade de Zinoviev e Kámenev, e algumas vacilações aqui ou acolá, esta reunião voltou a confirmar a decisão que já tinha sido aprovada. Mas é difícil encontrar nesta reunião algo que se assemelhe à intervenção do operário descrita por Reed.

Em ambos os casos, o apelo de Lenine à insurreição recebeu o apoio não unicamente de Trotsky, mas de uma ampla maioria do Comité Central [2]. Em Novembro de 1924, Estaline citou num dos seus discurso polémicos com Trotsky, toda esta documentação que, então ainda não tinha saído dos arquivos [3]. Mais tarde, Estaline não reconstituiu a versão exacta dos factos, mas torceu-os por sua vez em seu próprio benefício: em dois livros e nas reconstruções históricas ele faz directamente desaparecer a figura de Trotsky de todo o episódio da revolução, ainda que fosse amplamente reconhecido, pelo contrário, que este desempenhou um papel de primeiro plano. Mas para este fim as actas já não serviam, eram um estorvo. Tanto que, por muito tempo, não voltaram a ser publicadas.

Deste modo, um quarto de século depois, tinha tomado proporções muito mais vastas o mito do próprio Estaline, como o único artífice, quase a par de Lenine, na Revolução de Outubro e de todas as realizações do povo soviético. Esta segunda lenda foi amplamente difundida não só através de textos laudatórios mas através de filmes, livros, quadros e outras formas de propaganda. Todas as restantes figuras foram suprimidas ou obscurecidas, um pouco em cada oportunidade; muitas eram recordadas apenas para fazer ressaltar os momentos em que tinham estado em desacordo com Lenine. Em contrapartida, todos os episódios em que Estaline tinha tomado parte pessoalmente foram empolados de forma desmedida. Um ano depois do XX Congresso, a reedição das actas destruía também esta construção totalmente mítica. Todos podiam novamente dar-se conta da exacta concatenação dos acontecimentos, do papel pessoal que cumpriu então cada um dos chefes bolcheviques, das características que os distinguiram nas suas polémicas, e nas suas batalhas internas. Naturalmente, isto não fez desaparecer a parte de Estaline, que em 1917 era já um dos principais dirigentes do partido e, por isso mesmo, um dos principais protagonistas de Outubro. As actas destroem também os testemunhos tendenciosos dos que pretendem fazer crer que, no momento em que se iniciou a sua rápida ascensão, Estaline era um desconhecido. Basta folhear estas páginas para concluir que tais testemunhos não são verdadeiros, sem necessidade de recordar que Lenine destacou no seu «testamento» Estaline e Trotsky como dois eminentes dirigentes do presente Comité Central. O que as actas desmentem, isso sim, é a crença difundida pela hagiografia estaliniana que Estaline foi então o único verdadeiro colaborador de Lenine. Assim, as actas permitem comprovar como em todas as batalhas internas, Estaline, tal como outros (por exemplo Sverdlov), normalmente, esteve sempre nas mesmas posições de Lenine: isto terá a sua importância mais tarde, nas lutas dos anos 1923-1929, quando o padrão de medida da fidelidade, ainda que formal, ao leninismo será um dos usados para dirimir as divergências entre os dirigentes do partido e do país. Mas daqui em diante, este momento essencial da biografia estaliniana pode ser examinado na sua verdadeira dimensão através das actas, pois os conflitos que opuseram Lenine a este ou àquele grupo dos seus colaboradores recuperam o seu verdadeiro carácter ideológico e político.

As batalhas que se travaram no núcleo de revolucionários que dirigiu a primeira revolução socialista, foram autênticas lutas políticas que puseram em jogo elementos essenciais da linha do partido e, por vezes, dos fundamentos ideológicos do bolchevismo. O mérito destas actas é o de nos introduzir plenamente, pelo menos em dois desses conflitos e de estimular fortemente um conhecimento mais completo do seu conteúdo. Neles se delineiam ideias e posições que, ao serem melhor conhecidas, também ajudam a compreender as fracturas que se deram alguns anos mais tarde e o carácter irresolúvel das mesmas. Estes conflitos já tinham tido uma dureza de tipo fraccionista que, em momentos particularmente delicados, levaram o partido até à beira de uma crise que poderia ter sido fatal. Mas tais confrontos brotavam – e está aqui um dos seus aspectos fundamentais – da dramaticidade dos próprios acontecimentos que os desencadeavam, do carácter decisivo das opções, das viragens que os mesmos impunham, da

surpreendente velocidade do caminho que esses acontecimentos fizeram seguir a história e, sobretudo, do carácter radicalmente original de tal caminho. Por outro lado, o bolchevismo tinha nascido de polémicas não menos ásperas e amiúde irredutíveis. Toda a tradição da social-democracia russa era constituída por uma sucessão de batalhas, de conflitos, bem como de amplas e dolorosas rupturas, mas absolutamente necessárias. Nem sempre elas foram compreendidas fora do movimento, onde apareciam como «disputas entre seitas». Então, escreveu-se que Jaurés chegou a decidir que o L'Humanité não publicasse mais textos de socialistas russos, dado que estes desencadeavam sempre infinitas polémicas com outros socialistas russos [4]. Justamente quando são mais apaixonadas e mais claras as divergências dos debates, estes não significam incerteza ou debilidade. Podem mesmo ser uma coisa totalmente contrária, expressão de valores que, sobretudo em determinados períodos históricos, têm uma importância igual à própria unidade de pensamento e acção: ideias vigorosas, espírito revolucionário, paixão criadora para a investigação e o descobrimento. O bolchevismo não só nasce e se consolida como partido político a partir dessas presumíveis «disputas entre seitas», mas delas resulta – a única força organizada e independente do movimento operário de então – a capacidade de compreender o significado da primeira guerra mundial, a crise da social-democracia que esta revelou e as opções revolucionárias que a viragem da história impunha. Mas esses debates não podiam cessar automaticamente no umbral da revolução: eles encontraram o seu prolongamento nos conflitos entre os dirigentes bolcheviques.

Já se disse que estas actas cumpriram uma função desmistificadora sobre os mitos que, em diferentes períodos, exaltaram exclusivamente o papel desempenhado por esta ou por aquela personalidade. Há, no entanto, uma figura que, justamente, emerge nos debates muito acima das restantes: a de Lenine. Não é este seguramente o lugar certo para analisar em todos os seus elementos a função desempenhada pelo grande dirigente soviético na Revolução de Outubro. Um ponto, não obstante, deve sublinhar-se porque ressalta com maior nitidez destes documentos: nas opções e batalhas fundamentais a sua intervenção foi decisiva. O imperativo da insurreição armada, da certeza da sua necessidade como desenlace resolutivo da revolução, a escolha do momento e a firmeza na execução não só estiveram presentes nele antes de qualquer outro, mas tiveram de desbravar caminho vencendo vacilações, dúvidas e confusões. É significativo o acolhimento prudente que o Comité Central (sem cair numa verdadeira hostilidade como a manifestada por Kámenev), dispensou em 15 (28) de Setembro à sua primeira proposta de organizar «tecnicamente» a insurreição para a conquista do poder, considerando-a como «uma arte» [5]. Compreende-se assim, o real significado da luta política através da qual desbravou caminho e acabou por impor-se. Está aqui a grandeza do líder. Esta reaparece com o mesmo dom da coerência, da lucidez e da genialidade pelo menos em mais duas ocasiões fundamentais: quando se trata de defender a natureza soviética, proletária, revolucionária do novo poder frente aos compromissos e concessões que ameaçavam anular as conquistas da insurreição, voltando novamente ao curso dos ordenamentos estatais de tipo

burguês; e também quando se tratou de salvar a república socialista que estava a dar apenas os primeiros vagidos, ainda que à custa de um inclinar a cabeça diante das condições iníquas de uma paz banditesca, para garantir, assim, apenas com a sua existência, o melhor estímulo para o avanço da revolução mundial. Em todos os casos as suas ideias encontram resistências, quando não mesmo oposição aberta, no mesmo partido que, sob a sua direcção tinha levado a cabo a revolução. Aqui, uma vez mais, reside a sua real força que não suprime artificialmente os obstáculos, mas que os enfrenta e os derruba, compreendendo não obstante que eles constituem um momento essencial da realidade que se propõe transformar com a acção política. Por isso o seu êxito terá um valor profundo e duradouro, será uma conquista. Isto é o que dizem as actas. Mas com isto estamos muito longe do mito. Estamos nos ensinamentos da maior revolução da história.

* * *

O novo Comité Central reuniu-se pela primeira vez [6] no dia seguinte ao encerramento do VI Congresso. Entre efectivos e suplentes encontravam-se presentes dezassete dos seus membros. O VI Congresso do POSDR (bolchevique) que se tinha realizado durante os nove dias precedentes foi o primeiro convocado durante um longo período de tempo, em que a política de dura repressão czarista tinha obrigado o partido a uma clandestinidade absoluta. O congresso anterior tinha-se ainda realizado ainda com os mencheviques, dez anos antes, no longínquo ano de 1907, no dia seguinte à derrota da primeira revolução russa. No período decorrido tinham-se realizado duas Conferências do partido, que tiveram um elevado interesse político, por certo não inferior a um congresso: A Conferência de Praga de 1912 trouxe uma nova ruptura com os mencheviques envenenados pelo oportunismo e dispostos a liquidar o partido e, em 1917, teve lugar a célebre Conferência de Abril, a primeira assembleia central do partido bolchevique na legalidade, possível pela Revolução de Fevereiro, tinha estado dominada pelo pensamento de Lenine, recém-chegado ao país, que tinha traçado a grande linha estratégica da revolução socialista. O grande debate de fundo sobre a política do partido, sobre as suas tarefas e as suas consignas, já tinha tido lugar naquela altura. Mas não se pode afirmar que a partir daí tudo ficou claro. Por outro lado, desde Abril até ao momento que se reuniu o VI Congresso a situação sofreu uma viragem radical. Tinha sido posto fim, bruscamente, ao desenvolvimento pacífico da revolução. As forças intermédias tinham deslizado para uma coligação, ainda que contraditória e incerta, com a burguesia. As perspectivas de um avanço revolucionário que fosse o resultado de uma batalha, relativamente pacífica, no seio dos próprios soviets, tinham-se esfumado. Os acontecimentos de Julho, que tinham visto os bolcheviques pôr-se à frente de uma espontânea, ainda que prematura, explosão da guarnição e do proletariado de Petrogrado (Estaline dedicará a esta um sucinto relatório no segundo dia do congresso [7]), e o governo recorrer a uma repressão sangrenta, com o concurso dos generais mais reaccionários e o apoio dos mencheviques e dos socialistas revolucionários, determinaram esta nova situação. Os bolcheviques tiveram de voltar então a

uma semi-legalidade. O próprio Congresso realiza-se numa atmosfera quase de clandestinidade [8]. Alguns dos dirigentes mais notórios, a começar por Lenine, estiveram ausentes porque eram procurados pela polícia: longe estava também Trotsky, por se encontrar na prisão, cujo grupo confluiu com os bolcheviques precisamente no VI Congresso (depois dos contactos que vinham a fazer-se desde Maio, quando Lenine tinha visto a possibilidade de uma unificação também com Martov e os seus partidários na base de uma ruptura com os «defensistas», num esforço para alcançar a unidade de todos os social-democratas internacionalistas) [9].

Reunido nestas difíceis condições, o VI Congresso discutiu segundo uma recheada com numerosos pontos ordem de trabalhos, desde a eventual comparência de Lenine nos tribunais (hipótese descartada de forma decidida) até aos problemas sindicais e juvenis. Mas o lugar central foi ocupado por dois relatórios centrais apresentados por Estaline e Bukharin e pela discussão à volta dos mesmos. O tema político mais controverso foi o da retirada, que depois se revelou provisória, da consigna «todo o poder aos soviets», justamente por ter acabado o período do desenvolvimento pacífico da revolução e pela passagem dos partidos «democráticos» (os mencheviques e os socialistas revolucionários), então em maioria nos soviets, ao compromisso com a burguesia. A mudança que tinha sido colocada por Lenine [10] voltou a ser colocada e defendida por Estaline no seu relatório. Mas nem todos compreenderam e aceitaram de imediato, porque também receavam que isso significasse um abandono real dos soviets pelos bolcheviques. Neste aspecto encararam-se todos os problemas decisivos e as perspectivas fundamentais da revolução. A que fase do desenvolvimento da revolução se tinha chegado? Poderiam esperar-se novas explosões depois da derrota de Julho? Não estavam as camadas médias – fundamentalmente os camponeses – dispostas a sujeitar-se à influência da burguesia e a seguir os partidos que eram a expressão política destas camadas médias no caminho do compromisso? Até que ponto a luta pela terra induziria as massas rurais a aliar-se com o proletariado? Era verdadeiramente possível pôr na ordem do dia a revolução socialista ou isso significava isolar definitivamente a classe operária? Era possível uma revolução socialista na Rússia antes do Ocidente ou devia considerar-se concluída a revolução «dentro dos limites nacionais»? O congresso aprovou a nova consigna que colocava «a liquidação completa da ditadura da burguesia contra-revolucionária» e respondeu afirmativamente a todas as interrogações surgidas na discussão, expressando a sua confiança nos próximos desenvolvimentos da revolução. No entanto, manifestaram-se dúvidas acerca da solidez e, sobretudo, sobre a duração do apoio camponês (Estaline e Bukharin polemizaram sobre este ponto) e sobre a possibilidade da revolução socialista na Rússia se expandir sem o apoio do Ocidente (Preobrazhensky). Trata-se de vacilações que não podem deixar de ser presentes mais tarde quando se querem compreender os conflitos que se suscitaram nos momentos decisivos [11].

Apesar disso não se encontra nenhum reflexo destas preocupações e destes debates nas primeiras reuniões do novo Comité Central. Desde o começo prevalecem as medidas organizativas, que são muito mais urgentes devido à necessidade de dar a máxima eficiência à actividade do partido, agora numa nova situação. Assim, estabeleceram-se vínculos mais regulares entre o centro, onde começou a funcionar um comité mais restrito, e a periferia. Com efeito, a insuficiência dos contactos precedentes que se tinham manifestado sobretudo com os acontecimentos de Julho, tinha sido criticado por diversos delegados durante o VI Congresso. Foi dedicada muita atenção ao funcionamento e à direcção da imprensa, que se encontrava naquela altura debaixo dos golpes do governo provisório, exposta a constantes proibições e apreensões. O Comité Central designou em cada oportunidade quem devia dirigir os diferentes órgãos de imprensa. Mas a escolha não foi sempre expedita. Se os nomes de Estaline e de Sokólnikov, que foram até Outubro os principais responsáveis da imprensa do partido, não encontraram demasiada oposição, em contrapartida a candidatura de Trotsky ao comité de redacção do órgão central foi rejeitada uma primeira vez numa votação muito controversa, e posteriormente aprovada sem sequer ser necessário votar, imediatamente após a sua saída da prisão. Os dois conflitos sobre os problemas da imprensa que tiveram lugar naquele período – o havido com a organização militar do partido que pensava dever dispor de um jornal próprio, e o conflito com os bolcheviques que mantinham uma colaboração qualificada como inadmissível pelo CC com o jornal de Gorki, Novaya Zhizn – revelam-nos como o princípio de uma direcção firme, centralizada se conciliava com um sistema de relações democráticas dentro do partido. Enfim, o Comité Central teve de enfrentar a campanha de repressão e de calúnias que foi lançada contra a organização e os dirigentes bolcheviques. Havia que proteger Lenine e os outros camaradas procurados pela polícia, desenvolver uma luta para que estes pudessem voltar a trabalhar em liberdade, criticar os bolcheviques que não compreendiam a sua recusa em se apresentarem nos tribunais. Era necessário obter a libertação dos detidos que iriam começar uma greve de fome, não obstante a opinião contrária de Trotsky, que se encontrava entre eles. A insinuação caluniosa foi uma das armas preferidas da contra-revolução para atacar os militantes e dirigentes bolcheviques. Lenine era acusado de ser «um espião alemão». Outra vítima foi Kámenev que, sob uma vaga insinuação de colaboração com a polícia czarista, se afastou de toda a função oficial: mas Lenine criticou esta decisão [12], afirmando que desta maneira os inimigos de classe poderiam levar à inactividade todos os dirigentes da classe operária.

Esta primeira parte das actas é a mais sintética. Os apontamentos são extremamente lacónicos: não servem para registar os debates entre os dirigentes membros do Comité Central, mas as decisões tomadas. O relevo que assume cada tema não corresponde, portanto, a nenhum critério de prioridade política. Assim, questões secundárias, ou aparentemente secundárias, terminam por fim a ocupar mais espaço que os grandes temas da direcção revolucionária. Isto explica como pode faltar quase todo o juízo valorativo específico sobre o golpe de Estado tentado por Kornilov (na realidade, sobre estes dias faltam ainda actas

de eventuais reuniões do CC) que, apesar disso foi um acontecimento crucial desse período, aquele que, com a derrota da extrema-direita da contra-revolução, modificou, de novo e profundamente, toda a situação. Trata-se de uma «ilusão óptica» devido ao ângulo de visão pessoal a partir do qual foram redigidas as actas. Na realidade, neste período também se verificaram debates – cujo sinal se encontrará em algumas controversas votações – que tocaram os diferentes aspectos da tática do partido no desenvolvimento das perspectivas revolucionárias até ao momento se põe na ordem do dia, com força crescente, a decisão suprema da insurreição armada. A primeira opção importante do novo Comité Central foi sobre a atitude a adoptar face à Conferência de Estado convocada pelo governo provisório para Agosto em Moscovo. Prelúdio do golpe Kornilov, a assembleia moscovita foi a tentativa mais acabada de Kerensky para consolidar a guinada à direita operada em Julho e para a procura de um acordo com as forças extremistas da contra-revolução, que se estavam a coligar à volta dos generais do Estado-maior e dos mais destacados expoentes da burguesia industrial. A «cobertura» de esquerda era proporcionada pela presença dos mencheviques e dos socialistas revolucionários e pela aparência de «representatividade» que se pretendeu atribuir à conferência. Os bolcheviques não tiveram qualquer dúvida sobre o carácter reaccionário da operação e conseguiram organizar uma muito eficaz luta popular contra a conferência, que teve o seu ponto culminante numa grande greve em Moscovo. A assembleia acabou num enorme fracasso. Os expoentes da contra-revolução, encorajados pela afirmação pública das suas posições que as sessões de Moscovo lhes tinham proporcionado, pelas concessões e propostas de aliança que ali tinham recebido, mas precisamente por isso ainda insatisfeitos com as soluções projectadas, passaram pouco depois à acção directa para imporem a ditadura militar. Os partidos intermédios, que tinham tentado a exclusão dos bolcheviques da conferência, viram-se obrigados a procurar de novo o contacto com estes. Criaram-se comités de enlace. A política de repressão e de luta contra a esquerda que se tinha instalado violentamente desde Julho cai derrotada com estrondo.

Outra linha de acção, só aparentemente de importância menos essencial para a revolução russa, foi desbravando caminho no Comité Central durante aqueles dias, a propósito da acção internacionalista do partido e das suas ligações com outros sectores do movimento operário no exterior. Encontram-se as referências frequentes a isto nas actas. Não se tratava unicamente de se opor a todo o equívoco «defensista», então alimentado pelos mencheviques e os socialistas revolucionários para eludir a conquista de uma paz democrática, através do derrube do governo burguês e de uma luta sem compromissos contra a guerra imperialista (daí a hostilidade dos bolcheviques contra a «Conferência sobre a Defesa» organizada pelos partidos conciliadores). Tratava-se de actuar com a mesma coerência revolucionária também à escala internacional. Por consequência, o partido rejeitou todo o tipo de adesão a uma projectada «Conferência internacional socialista pela paz», que os grupos escandinavos de direita tentavam então organizar com o apoio desde os social-chauvinistas alemães de Scheidemann. Além disso, debaixo do impulso de Lenine, o partido separou-se do bloco de Zimmerwald,

participando com reservas na sua terceira e última sessão. Esta acção, que no pensamento de Lenine já preparava o nascimento da Terceira Internacional (a Conferência de Abril, por outro lado, tinha-se pronunciado a favor de tal iniciativa [13]), lançou uma esclarecedora polémica no seio do partido. Isto é válido sobretudo para a ruptura com o bloco zimmerwaldiano, e para isso, num primeiro momento, Lenine teve que batalhar quase só, enfrentando a maioria do partido [14]; mas isto também vale para a assim chamada (e nunca levada a cabo) Conferência de Estocolmo, a favor da qual estava Kámenev, que sobre esta e muitas outras questões actuou durante todo o ano de 1917 como o elemento mais «à direita» do conjunto do grupo dirigente bolchevique [15].

Com a derrota de Kornilov iniciou-se uma nova fase do ascenso revolucionário que devia culminar com a insurreição de Outubro. A influência bolchevique entre as massas não tinha sofrido qualquer quebra nem sequer com a repressão de Julho. Os congressos (dos comités de fábrica, pela segurança social) e as eleições (Conselho Comunal de Petrogrado, Soviete de Moscovo), que o Comité Central preparou e dirigiu nas suas reuniões, demonstraram o crescente prestígio do partido de Lenine, sobretudo nos principais centros urbanos do país. Uma vez que os acontecimentos se tinham encarregado por si mesmos de lhes fazer justiça, os bolcheviques exigiram a retirada das difamações contra o seu partido e a liberdade para os seus camaradas perseguidos. Assim, pensaram na apresentação destes pontos como condições para a sua presença no comité unitário de luta contra a contra-revolução. Mas prevaleceu a opinião de colocar condições mais decisivas para o tipo de poder e da revolução [16]. Os bolcheviques combatiam Kornilov mas não apoiavam Kerensky (apesar de neste ou naquele lugar ter havido alguns momentos de confusão, tanto que exigiu uma intervenção de Lenine, célebre pela lucidez da sua visão revolucionária), como fizeram em contrapartida os mencheviques e os socialistas revolucionários. Por outro lado combatiam Kerensky, apelando precisamente ao povo a pegar em armas e a travar a luta mais consequente contra Kornilov. Há um momento em que Lenine considera que havia voltado a criar-se a possibilidade de um desenvolvimento pacífico da revolução e retoma a anterior consigna de «todo o poder aos sovietes», oferecendo sobre esta base um compromisso aos partidos intermédios [17]. Mas essa possibilidade «tão rara e tão preciosa na história» esfumou-se num instante, devido à recusa dos mencheviques e dos socialistas revolucionários em formarem um governo próprio que fosse responsável apenas perante os sovietes. Mantém-se a consigna mas com um conteúdo diferente; Este podia concretizar-se mas apenas através da insurreição e da luta armada. Mal se deu a derrota de Kornilov o Comité Central, em 31 de Agosto (13 de Setembro) elaborou a «declaração sobre o poder» [18], a qual, sucessivamente aprovada por toda uma série de sovietes a começar pelo de Petrogrado, marcou o início da passagem crescente dos sovietes ao controlo dos bolcheviques. Foram-se criando assim as premissas para o grande e decisivo salto, o da insurreição, e para a batalha política que havia de conduzir à mesma.

Os dirigentes do partido, quando em Setembro tiveram de definir a posição dos bolcheviques sobre a Conferência Democrática, convocada pelos mencheviques e os socialistas revolucionários, e sobre o, assim chamado, pré-parlamento (o Conselho da República) saído da mesma, estavam perante opções muito diferentes das que se lhes tinham imposto com a convocatória da Conferência de Estado moscovita. A Conferência Democrática constituiu a tentativa extrema feita pelos dois partidos pequeno-burgueses de levantar uma barreira e manter debaixo de controlo o novo auge revolucionário. O outro caminho, o que lhes escapava do seu controlo e sancionava a bancarrota da sua política, consistia no apelo revolucionário às massas para que derrubassem o governo provisório e tomassem o poder directamente nas suas mãos. Os bolcheviques decidiram aproveitar ao máximo a Conferência Democrática como uma tribuna a partir da qual apresentaram de novo ao país as suas reivindicações sobre a terra, a paz, o controlo operário e a autodeterminação dos povos. Na altura não houve oposição a esta tática. «Foi um erro – comentou pouco depois Lenine – todos nos enganámos: devíamos ter boicotado a Conferência» [19]. Era ele o primeiro e o único que tinha compreendido que tinha chegado o momento – esse momento decisivo que quando sobrevêm um revolucionário não pode deixar escapar, sem condenar a um prolongado fracasso toda a sua obra – da insurreição armada. Mas Lenine estava obrigado a estar longe de Petrogrado. Devia limitar-se a dirigir ao Comité Central as suas célebres e históricas cartas. Dezasseis pessoas estavam presentes na reunião em que se discutiu o conteúdo daquelas, um dia apenas depois da Conferência Democrática. Entre outras, Estaline e Sverdlov, Trotsky e Kámenev. A primeira reacção foi marcada por uma certa cautela. Estaline propôs que as principais organizações do partido fossem chamadas a participar do premente apelo de Lenine. Ao contrário, Kámenev queria que se rejeitassem as sugestões de Lenine: a sua tese foi descartada. De qualquer forma, o Comité Central decidiu que, por enquanto, se evitassem as ofensivas nos quartéis e nas fábricas [20] (ainda estava fresca a impressão que tinha deixado a trágica explosão de Julho, que inclusive tinha induzido o VI Congresso a pôr em guarda as massas contra os movimentos prematuros, que podiam ser provocados pelo inimigo [21]).

Mas imediatamente depois o dilema devia de um modo mais imperativo, logo que a Conferência Democrática decidiu dar vida a um pré-parlamento, um organismo não eleito e meramente consultivo que, apesar disso, procurava proporcionar uma base e uma «cobertura» «democrática» para o governo provisório: com isso tinha-se a esperança de ainda poder conduzir a revolução para um desenlace burguês, bloqueando a pressão das massas. Que deviam fazer os bolcheviques? Deviam boicotar o novo organismo ou deviam entrar nele? No momento da decisão, o Comité Central de 21 de Setembro (4 de Outubro) cindiu-se praticamente em dois (as ideias de Lenine abriam caminho mas com fortes resistências), tanto que a determinação foi posteriormente transferida para uma assembleia de todos os bolcheviques participantes na Conferência Democrática. Nesta, Trotsky falou em nome do grupo partidário do boicote, enquanto Ríkov defendeu a tese da participação: a assembleia inclinou-se para a segunda solução [22]. «Decisão vergonhosa», comentou Lenine, que já tinha

condenado a Conferência como uma «comédia» destinada a «sufocar a nova revolução que avança» e tinha criticado os seus companheiros por não terem abandonado imediatamente a Conferência [23]. Lenine, desde longe, empenhou-se numa tenaz batalha pelo boicote. No seu Diário de um publicista, em 23 de Setembro escreve: «Não pode haver nenhuma dúvida que no “vértice” [a versão em castelhano da edição de Cartago das Obras Completas diz: “...nos dirigentes médios...” - NdT para castelhano] do nosso partido se notam vacilações que podem resultar desastrosas... Entre os dirigentes “parlamentares” do vértice do partido [a versão em castelhano da edição de Cartago das Obras Completas diz: “...nos dirigentes médios...” - NdT para castelhano] nem tudo vai bem». Exige uma mudança da decisão adoptada, propõe a convocação de um congresso e indica como base da luta pré-congresso uma plataforma a favor do boicote [24]. Seis dias depois protestou veementemente contra o facto de o Comité Central deixar sem resposta os seus apelos à insurreição, enquanto o órgão central do partido censurava algumas das suas críticas, tendo mesmo ameaçado com a sua saída do CC para poder desenvolver livremente a sua propaganda a favor da insurreição dentro das fileiras do partido [25]. A convocatória de um congresso foi efectivamente motivo de exame por parte do Comité Central, que discutiu este assunto em várias oportunidades. Mas acabou por não ser convocado. A luta de Lenine venceu ante as resistências que se manifestavam no núcleo dirigente bolchevique.

Quando o Comité Central reviu, em 5 (18) de Outubro, a sua anterior resolução com 11 membros presentes, somente um se opôs à saída do pré-parlamento: Kámenev. Com este dirigente não estavam terminadas todas as vacilações. Mas tinha sido dado um passo decisivo para a insurreição.

* * *

Vigília revolucionária. Com a acta da sessão de 10 (23) de Outubro inicia-se a segunda parte das actas [27]. Trata-se de uma sessão histórica, a mais importante daquelas em que se reuniu este estado-maior de revolucionários. Pela primeira vez desde a eleição deste Comité Central, Lenine também está presente: chegou só há dois dias a Petrogrado e ainda está desfigurado e disfarçado [28]; o seu nome foi logo cuidadosamente apagado da acta. Juntamente com ele estavam outros onze camaradas: Zinoviev (também presente pela primeira vez), Kámenev, Trotsky, Estaline, Sverdlov, Uritzki, Dzerzhisky, a Kollontay, Bubnov, Sokólnikov e Lomov. Quando Lenine toma a palavra, depois de algumas informações de Sverdlov sobre a situação em diversas frentes, começa por lamentar observar, ainda que de longe, alguma indiferença para com a insurreição numa parte dos dirigentes do partido. Repete, pois, os argumentos que vem desenvolvendo desde há algumas semanas nas suas cartas e noutros escritos, onde leva por diante argumentos a favor da insurreição, ainda que o fizesse de forma encoberta; a situação é favorável à conquista do poder; é necessário não só não vacilar sobre esta questão de avançar ou não para a insurreição, mas é preciso encarar no plano «técnico» a sua

preparação; a dilação poderia significar uma perda de tempo que seria catastrófica. Ele próprio redigiu a resolução – o texto escrito à mão com a sua letra foi conservado nos arquivos soviéticos – que proclama a insurreição armada como «inevitável e completamente madura». Dez dos presentes aprovam; dois – Zinoviev e Kámenev – opõem-se. Foi dado um passo enorme. Faltam quinze dias para a primeira revolução socialista vitoriosa.

Sobre este conflito que opõe os dois dirigentes, minoritários e contrários à insurreição, a Lenine e à maioria do CC, e que se torna a colocar em termos não muito diferentes depois do desenlace triunfal da insurreição, as actas e os documentos anexos (a partir deste momento as actas, muito mais detalhadas, começam a registar já não somente as decisões do CC, mas também os debates havidos entre os seus membros) oferecem uma base suficientemente ampla de informação, a mais ampla que por certo têm os historiadores. Aqui reside um dos principais méritos da presente recompilação. Com efeito, esse conflito foi sobre uma razão de fundo de toda a história do bolchevismo. Já vimos que este conflito não rebentou subitamente na sessão de 10 (23) de Outubro, mas que ele já se vinha a delinear nas deliberações e nas discussões das semanas precedentes. Há que acrescentar a isto, para compreender as raízes do problema, que Kámenev também tinha sido o principal opositor na Conferência Abril, questionando as possibilidades de uma revolução socialista e de uma triunfante conquista do poder por parte do proletariado na Rússia (antes do regresso de Lenine da Suíça este ponto de vista era amplamente partilhado pelos dirigentes do partido que se encontravam em Petrogrado, incluindo Estaline): foi a firme argumentação de Lenine, que tinha regressado com a decisão assumida de dar batalha sobre este assunto também dentro do partido, que alterou radicalmente a situação). Mas ao recolocar-se no momento do salto decisivo, o conflito podia ter consequências irremediáveis para toda a batalha revolucionária dos bolcheviques. Duas linhas se enfrentavam naquele momento: do predomínio de uma ou outra podia depender a sorte dos soviets, do partido bolchevique, da classe operária russa, da revolução. Por certo que hoje, a quase meio século de distância [Este texto foi escrito em 1964, NdT] é difícil, até um pouco desadequado, imaginar que a Revolução de Outubro, tal como hoje a conhecemos pudesse não ter tido lugar. No entanto, era isto que estava em jogo. Também é certo que no momento da definição em 10 (23) de Outubro, Lenine já tinha consigo a esmagadora maioria do CC; mas também isso poderia não ter sido assim se não tivesse havido uma lucidíssima luta nas semanas precedentes.

A argumentação dos dois opositores está aqui amplamente exposta, tanto na sua carta às principais organizações do partido como nos extractos das suas intervenções na reunião alargada do Comité Central de 16 (29) de Outubro [29]. A resposta de Lenine foi como uma chicotada [30]. Zinoviev e Kámenev, essencialmente, só viam os pontos débeis da situação e não consideravam de modo algum como o inimigo se sentia acossado pelas explosões revolucionárias nas fábricas, na frente, nas aldeias, que em contrapartida Lenine via avançarem por toda a parte; para eles a revolução era uma carta desesperada que o partido se

preparava para jogar com a certeza de ir ao encontro de uma derrota. Naturalmente havia observações fundamentadas dentro das argumentações aduzidas pelos dois opositores, para sublinhar as dificuldades que ia encontrar a classe operária no poder. Mas, podia ser este um motivo suficiente para renunciar a essa revolução soviética que desde Abril os bolcheviques vinham exigindo (deixar-nos-emos espantar pela “dificuldades” da revolução?, rebatia Lenine)? E no entanto a nenhuma outra coisa se reduzia a linha aconselhada pelos dissidentes, que não a uma actividade de oposição, essencialmente parlamentar, numa futura, mas também hipotética Assembleia Constituinte. É difícil não ver nas suas posições um reflexo da teoria menchevique segundo a qual a Rússia não estava preparada para uma revolução socialista; por outro lado, em Outubro de 1917, este modo de pensar estava também difundido entre os grupos mais «próximos» dos bolcheviques como era precisamente o grupo do Novaya Zhizn [Jornal do grupo de Máximo Gorki, NdT]. É isto que explica que Lenine tenha aceitado que estes dois opositores fossem incluídos no Bureau Político, eleito nessa mesma reunião em que ambos votaram contra a insurreição, que permanecessem no Comité Central, e também o porquê, de vários anos depois no seu famoso «Testamento» [Cartas ao XIII Congresso, NdT], Lenine ter julgado que o episódio de Outubro, ainda que não fosse «...naturalmente, acidental, mas que se não pode culpá-los pessoalmente disso» [Lenine, Obras Escolhidas em 3 tomos, tomo 3, Ed. Avante, 1979, pág. 640, NdT] [31] (no entanto esta opinião de Lenine não foi tida muito em conta na luta interna que já se delineava no momento em que foi escrito «o Testamento». A história tinha hipertrofiado como uma ferida não cicatrizada as dúvidas de Zinoviev e Kámenev em 1917. Primeiro Trotsky e mais tarde Estaline não se cansaram de lhas reprovar. Na sua vida política nunca nenhum deles conseguiu apagar essa «mácula»).

Naquele momento, a condenação de Lenine contra os dois, não obstante os velhos vínculos de amizade pessoal, mal os dois tornaram pública fora das fileiras bolcheviques a sua posição contrária à revolução violando as mais elementares normas do partido, foi desapiedada, irreduzível, disposto à mais drástica das rupturas. A campanha de ambos consistiu numa declaração de Kámenev ao Novaya Zhizn, numa intervenção do mesmo no Soviete de Petrogrado, que obrigou Trotsky a desmentir um propósito insurreccional que não fosse uma resposta a uma eventual intentona contra-revolucionária dirigida a impedir o eminente congresso dos soviets. Assim, Zinoviev e Kámenev não só desvendavam perante o inimigo a decisão, naturalmente secreta, de se rebelarem, como criaram nas fileiras dos bolcheviques e dos operários uma confusão tanto mais perigosa quanto o Comité Central estava impossibilitado de dizer, publicamente, a verdade, respondendo até ao fim aos seus argumentos. É por isso que Lenine falou de uma verdadeira traição [ver Lenine, Carta aos membros do Partido Bolchevique, Obras Escolhidas em 3 tomos, tomo 2, Ed. Avante, 1979, pág. 380, NdT], de um «fura-greves» indigno de um partido revolucionário e exigiu a imediata expulsão de ambos os culpados das fileiras bolcheviques. Apesar desta firme exigência, Lenine encontrou resistências no Comité Central [32]. O próprio Estaline, ainda que sendo um dos autores da insurreição, opinou que a questão podia considerar-se encerrada e acolheu no

diário que dirigia uma carta ambígua de Zinoviev acrescentando-lhe um breve comentário conciliador, quando na realidade essa carta continuava publicamente a polémica com Lenine; é por isso criticado no Comité Central e renuncia ao seu cargo na redacção, mas a sua renúncia é rejeitada. Na mesma sessão do CC, Estaline não só se opõe – tal como outros – a que os opositores fossem expulsos, mas propõe mantê-los no CC, ainda que eles próprios tivessem declarado que o abandonariam. No seu conjunto, o Comité Central não decidiu a expulsão e limitou-se a aceitar a demissão de Kámenev: não obstante este ter estado presente na manhã de 24 de Outubro (6 de Novembro) no Smolny, onde reuniu o CC para adoptar as últimas disposições sobre a insurreição, e ele-próprio propõe que nenhum membro do CC pudesse nesse dia abandonar o palácio sem uma autorização especial.

No entanto, o conflito tinha tocado em questões demasiado fundamentais para que, efectivamente, pudesse considerar-se resolvido: reabriu-se com não menor dureza, mal a insurreição triunfante colocou aos bolcheviques a necessidade de organizar o poder. Estes tiveram de fazer frente a uma dupla tentativa do inimigo de lhes arrebataram as conquistas alcançadas com a revolta popular. Kerensky, fugido da capital, tratou de arregimentar tropas dispostas a marchar sobre Petrogrado: Mas esta sua última manobra, acompanhada por revoltas de junkers em Moscovo e na capital, fracassou perante a resistência dos operários levantados em armas e a recusa dos soldados de combater contra a guarnição e a população da cidade insurrecta. A outra operação que na essência coincidia com a de Kerensky, foi organizada pelos partidos do centro através dos dirigentes do sindicato dos ferroviários, que pretendiam que os bolcheviques aceitassem um governo alargado e, assim, renunciassem na prática à direcção do país. Na verdade estabeleceram-se negociações para um certo alargamento do governo. Mas o Comité Central dividiu-se quando se tratou de estabelecer qual devia ser o objectivo e o conteúdo dessa medida. Lenine e a maioria do Comité Central, absolutamente convencidos da impossibilidade de um acordo que não fosse pura e simples uma capitulação, queriam que as negociações fossem apenas uma diversão diplomática para favorecer a derrota militar do inimigo. Em contrapartida, a minoria reagrupada à volta de Zinoviev e Kámenev, contava alcançar mesmo um acordo. Observando com atenção percebe-se que também eles se davam conta de que eram praticamente inaceitáveis a condições postas pelos interlocutores. Disseram-no na reunião alargada do Comité Central na qual foram derrotados [33]: Kámenev, que era o mais ardente partidário de um entendimento, disse que a assembleia em que ele tinha participado com os representantes dos outros partidos «teria sido capaz de eleger Kerensky em vez de Lenine». Na verdade, como primeiro ponto, os outros partidos colocavam o repúdio do princípio em nome do qual se tinha levado a cabo a insurreição, e faziam dos soviets os únicos depositários do poder, em vez de o fazerem perante o Conselho Executivo Central dos Sovietes, o governo deveria responder perante uma nova edição do pré-parlamento, no qual os soviets teriam ficado em clara minoria (na realidade, os mencheviques e os socialistas revolucionários não tinham tido a coragem de dar «todo o poder aos soviets» nem sequer quando estes ainda estavam controlados por eles).

Além disso, os outros partidos exigiam para si a direcção do governo, rejeitavam a candidatura de Lenine e de Trotsky e pretendiam o fim da luta armada contra os grupos contra-revolucionários. Trotsky fez notar, assim, que eles pretendiam simplesmente retirar o poder de quem tinha acabado de os derrotar. Não obstante tudo isto, a minoria de Zinoviev e Kámenev considerou necessário continuar os esforços para chegar a um acordo, e mostrou-se disposta, se preciso fosse, fazer as concessões essenciais para atingir esse objectivo. Nas suas teses repetiam-se os mesmos argumentos, os mesmos temores e as mesmas vacilações que se tinham manifestado duas semanas antes quando tinha rejeitado a ideia da insurreição armada: não estavam convencidos, nem sequer depois das vitoriosas jornadas de Outubro, que os bolcheviques pudessem manter o poder.

É verdade que, por fim, também Zinoviev, seguido mais tarde pelos restantes, admite que não era possível um acordo com os mencheviques e os socialistas revolucionários. Mas antes desta retirada foi necessário chegar a uma verdadeira ruptura no seio do Comité Central: a maioria, sem excluir de modo algum uma cisão teve que denunciar publicamente as dúvidas, as vacilações e os temores dos opositores e intimá-los energicamente a submeterem-se à disciplina do partido. Por seu turno, a minoria abandonou o Comité Central e arrastou, assim, uma parte dos Comissários do Povo pelo caminho das demissões, provocando no flamante governo soviético uma primeira crise, particularmente grave naquele momento extremamente delicado, em que o poder revolucionário se debatia com a sabotagem de todo o velho aparelho estatal e com as primeiras tentativas contra-revolucionárias para a organização da guerra civil. Ainda que não fosse definitiva, nesta ocasião a ruptura foi mais áspera do que o tinha sido na véspera da insurreição: não obstante o peso do seu passado, e com a excepção de Zinoviev, os opositores não foram readmitidos no Comité Central (alguns foram reincorporados mais tarde em ocasiões diversas). Nesta ocasião a questão foi rejeitada sem grandes objecções [34].

* * *

O difícil e dramático debate sobre a paz de Brest é, entre todos, o que está mais ampla e claramente documentado na terceira parte desta colecção de actas. O debate andou à volta da opção mais dolorosa que o poder soviético teve que efectuar nos primeiros meses da sua existência. O debate estendeu-se, quase sem interrupção, durante cerca de dois meses, desde o meio de Janeiro até ao meio de Março de 1918. Quais foram as suas premissas? Em 1917, na Conferência de Abril, os bolcheviques tinham adoptado uma resolução sobre a guerra e a paz, onde se rejeitava desdenhosamente toda a ideia de uma «paz em separado» com a Alemanha e se afirmava que uma paz democrática podia ser conseguida mediante um acordo com um ou outro grupo imperialista mas «unicamente por meio da passagem do poder do Estado, pelo menos em alguns dos países beligerantes, à classe dos proletários e semi-proletários, realmente capazes de pôr fim ao jogo do capital». Uma vez conquistado o poder, a

classe operária russa ia «propor a todos os povos uma paz democrática, isto é, sem anexações e sem reparações» pois esta oferta ia «levar inevitavelmente o proletariado a levantar-se contra aqueles governos imperialistas» que se opusessem a essa proposta de paz [35]. Desde então este tinha sido programa dos bolcheviques: o caminho da paz – dessa paz democrática à qual eles aspiravam – passava por cima das cabeças dos governos e devia ser imposta por uma explosão revolucionária dos povos. Foi de acordo com esta linha que imediatamente se movimentaram a partir da tomada do poder nas suas mãos. O «Decreto sobre a paz» promulgado no dia seguinte da insurreição triunfante, iniciava-se com uma oferta «a todos os povos beligerantes e aos seus governos se propunha o início de imediatas negociações para uma paz justa e democrática» [36]. Duas semanas mais tarde, o novo governo começava a publicar os tratados anexionistas assinados pelo czar e renunciava publicamente a toda a diplomacia secreta. As suas primeiras propostas enviadas ao Comando Alemão referiam-se a um armistício em todas as frentes de guerra e foram acompanhadas de repetidos convites a todas as potências para se associarem às eminentes negociações. Os apelos repetiram-se ao longo das reuniões para a paz e a proposta do texto do armistício, para não dar vantagens a qualquer grupo de beligerantes, proibia aos alemães a transferência de tropas da frente russa para outros teatros de guerra. Por fim, as sucessivas propostas soviéticas de paz estiveram sempre fundadas na rejeição de qualquer anexação e reparação, e foram dirigidas a todos os povos e a todos os países.

Pouco importava que os governos rejeitassem estas condições. Esta linguagem, que violava todas as convenções diplomáticas, era sobretudo destinada aos povos, aos soldados, aos operários, aos camponeses. Mas a resposta destes não foi tão rápida como se esperava. As ideias bolcheviques dificilmente chegavam integralmente até eles, e eram truncadas e falseadas, através do fumo das batalhas e da propaganda chauvinista. Houve movimentações em alguns países mas foram insuficientes para derrubar os governos que queriam continuar o massacre. Disso se aproveitavam os dirigentes alemães para apresentar as suas cláusulas de paz, as suas banditesca condições em perfeita harmonia com os fins imperialistas da guerra. Portanto, pela primeira vez, os bolcheviques encontraram-se perante a hipótese e a necessidade de não já assinar uma paz democrática, como eles queriam, mas uma típica paz imperialista, cuja vítima devia ser o próprio país em que acabava de triunfar uma revolução socialista. Nestas condições teria sido mais que legítimo para eles a continuação da guerra, que da parte dos seus adversários era já mais do que nunca uma guerra de rapina, enquanto da sua parte teria sido uma guerra justa, uma guerra revolucionária. Mas para isso eram necessárias forças armadas, e o exército russo, extenuado, já estava em debandada e os seus soldados só queriam regressar à sua casa. Assim, a continuação da guerra sem que houvesse uma explosão revolucionária, pelo menos na Alemanha, era um empreendimento ruinoso em que a república soviética, privada dos meios de defesa, estaria perdida. Está aqui uma das viragens repentinas e imprevistas da história que implicam questões fundamentais de doutrina e de tática política, impondo aos revolucionários a necessidade de se orientarem rapidamente

de uma maneira totalmente nova. Uma vez mais foi Lenine o primeiro a compreender as novas necessidades e pronunciou-se pela assinatura da paz, por mais gravosa e vergonhosa que fosse, porque este era o único meio naquelas circunstâncias de salvar a jovem república dos soviets e, por isso, a melhor opção possível quer para a revolução russa quer para a revolução mundial. Lenine apresentou estas propostas, a 8 (21) de Janeiro de 1918, numa assembleia em que estiveram presentes uns sessenta dos bolcheviques de maior autoridade de Petrogrado. Ficou em minoria. A maioria (32 votos) pronunciou-se pela guerra revolucionária. Dezassexes votos foram para a posição de Trotsky que propunha que se «declarasse o fim do estado de guerra, se desmobilizasse o exército e se permitisse o regresso dos soldados às suas casas, mas que não se assinasse a paz». As «teses» de Lenine só tiveram 15 votos. «Eu estou a favor das velhas posições de Lenine» exclamou, em tom reprovação e escândalo, um dos jovens partidários da guerra revolucionária. «É precisamente aqui que está o mal», comentou Lenine por seu turno: aferrar-se a uma velha posição táctica, recusando obstinadamente a ver como se modificou a realidade, como surgiu uma nova posição objectiva» [37].

O partido estava assim dividido em três correntes. Cada um dos três grupos trazia para a defesa das suas próprias teses os argumentos que estavam condensados na discussão que teve lugar no Comité Central a 11 (24) de Janeiro, ou seja na primeira reunião em que se analisou as divergências que se tinham manifestado na assembleia de Petrogrado [38]. Em relação à discussão precedente no Comité Central verificou-se no entanto uma certa deslocação de opiniões. A proposta de guerra revolucionária, que tinha sido dominante no encontro de Petrogrado, não encontrou agora o mesmo apoio no órgão dirigente do partido: ainda que os seus defensores tivessem começado a dar-se conta – e disseram-no nas suas intervenções – que sem um verdadeiro exército, a condução de uma guerra revolucionária ia ser uma empresa impossível. No momento da decisão, esta tese extrema só obtém dois votos em catorze. Portanto, os seus defensores orientam-se para um bloco á volta das teses de Trotsky que pareciam salvar tudo, dado que propunham não fazer a guerra mas também não defendiam assinar a paz. Precisamente por isso representavam a política menos consistente. Lenine atacou de imediato depois de ter combatido a opção da guerra revolucionária. Dado que a observação que lhe faziam os seus opositores era a de ver as coisas dum ponto de vista demasiado estreito e «local», pouco internacionalista, e de ignorar os restantes sectores da frente única da luta de classes no mundo, Lenine quis enfatizar que precisamente as perspectivas do socialismo mundial, naquele momento tão estreitamente ligadas ao destino da primeira revolução socialista, exigiam a assinatura da paz. É porque a condução de uma guerra sem meios, significava reforçar o imperialismo alemão, que aproveitaria esta situação para fazer um novo avanço, e a burguesia russa, a que ainda não estava liquidada, tentaria uma contra-ofensiva, que Lenine se diferencia dos seus defensores, Estaline e Zinoviev, ao afirmar que os soviéticos deveriam sacrificar-se se com isso pudessem favorecer a revolução na Alemanha, porque esta ia ser mais forte que a russa: na realidade, ao não assinarem a paz os

bolcheviques estariam a matar a revolução russa e, deste modo, também a prejudicar a revolução no Ocidente. Lenine reprovava a linha de Trotsky, que nem sequer tinha a coerência da proposta da guerra revolucionária, por ser apenas uma «demonstração internacional», ou seja, uma simples agitação. Não pode surpreender que esta fosse a posição de Trotsky se recordar que, entre os dirigentes bolcheviques ele tinha sido, talvez, o mais convencido que depois da vitória na Rússia bastaria algum trabalho de agitação para que a revolução rebentasse noutros países. «Dirigirei algumas proclamações revolucionárias aos povos e acabarei com os negociadores» tinha dito imediatamente depois de ter tomado posse como ministro das Relações Exteriores [39]; o correspondente do Times que fez a reportagem do momento em que se iniciavam as reuniões para tratar do armistício de Brest deparou-se com ele e «as suas ilusões próprias de quem acredita próxima uma explosão súbita e simultânea de pacifismo, perante a qual iriam inclinar-se troncos, principados e potências» [40]. Mas era precisamente neste campo que se devia avaliar a novidade da situação que os bolcheviques enfrentavam em princípios de 1918. Era cada vez mais claro para os mais perspicazes que tal explosão não ia verificar-se de imediato. Portanto, só a agitação podia não ser suficiente. Pela primeira vez colocava-se a necessidade de uma verdadeira política externa: revolucionária, certamente, mas precisamente por isso não só agitação. Lenine seguia o primeiro caminho, Trotsky o segundo. Graças precisamente, ao seu «extremismo», a proposta de Trotsky podia recolher os votos da corrente de «esquerda», que antes tinha exigido a guerra revolucionária. Desta maneira, as teses de Trotsky obtiveram a maioria no Comité Central, ainda que provisoriamente para sair do beco sem saída, Lenine conseguisse fazer aprovar um adiamento da solução através dum prolongamento das negociações.

A diferença entre o conflito de Outubro e o da paz de Brest esteve em que enquanto o primeiro foi sempre uma controvérsia no cume, o segundo gravitou profundamente no partido, que não podia deixar de se perturbar pela viragem necessária naquele momento. Precisamente as duas principais organizações, a de Petrogrado e de Moscovo, também elas as principais protagonistas da revolução, estavam decididamente contra assinatura de um tratado «iníquo» e pronunciavam-se pela guerra revolucionária. O voto na proposta de Trotsky por parte do Comité Central, dado o carácter ambíguo da mesma, não podia evidentemente trazer clareza ao partido. Começou assim a circular um pedido de uma reunião soberana que estivesse em condições de adoptar uma determinação precisa e de fazê-la aceitar por todo o partido. Mas, que tipo de reunião: um congresso ou uma conferência? Em geral os partidários da paz pronunciavam-se pela primeira e os adversários pela segunda. Finalmente prevaleceu uma proposta de Lenine que propunha como primeira questão um encontro do Comité Central com os expoentes das diferentes posições e depois um verdadeiro congresso. Dessa reunião conservou-se o espectro das votações, mas não as actas. Sobre o cerne do problema – a assinatura da paz – a reunião não trouxe ideias novas, pois nela repetiram-se os confrontos que já se tinham dado anteriormente. Mas – e aqui reside talvez o aspecto mais interessante – a reunião discutiu além do tema central, alguns problemas de princípio que delineavam um

certo esboço, ainda que muito vago, da política externa do primeiro – e naquele momento único – país socialista. Era admissível a paz entre os Estados imperialistas e um Estado socialista? Eram admissíveis tratados económicos entre aqueles e este? Tinha de se criar um exército vermelho? A última pergunta teve uma resposta afirmativa unânime; as restantes questões pronunciaram-se pelo não só dois dos presentes.

Em Brest Litovsk, Trotsky pôs em prática a sua linha, retirou-se sem assinar a paz mas declarou que os soviéticos não iam combater mais. Seis dias mais tarde, como Lenine tinha previsto, o comando alemão anunciou, sem sequer respeitar os termos do armistício, que ia reiniciar as hostilidades 48 horas depois. A partir desse momento as reuniões do Comité Central tornaram-se muito mais dramáticas. Estava em jogo a sobrevivência da flamante república soviética. Reunido imediatamente depois do anúncio alemão, o Comité Central continuava dividido em dois. Ninguém mais se pronunciava abertamente pela guerra revolucionária. No entanto, os partidários desta solução ainda estavam unidos à volta de Trotsky na rejeição da ideia do rápido restabelecimento de novas conversações de paz. Só quando, face a ofensiva alemã e na ausência de um movimento revolucionário na Alemanha, todos foram obrigados a votar sim, deve finalmente assinar-se a paz, Trotsky se uniu aos que juntamente com Lenine queriam que se respondesse afirmativamente, enquanto Bukharin e os restantes «comunistas de esquerda se abstiveram. Na parte da manhã, no início da ofensiva alemã, ainda Trotsky e Bukharin estavam alinhados na mesma posição de rejeição do imediato reinício das conversações, preferindo esperar e ver o que ia suceder: e ainda conseguiram, por um voto, a maioria. Mas ao entardecer, a ofensiva alemã, não encontrando resistência, tinha-se apresentado com toda a sua gravidade e o Comité Central teve de voltar a reunir-se pela terceira vez no decurso de 24 horas. A discussão foi então muito mais ardorosa. Trotsky começou a titubear, pois acreditava que podia ainda esquivar-se do problema com artifícios dando um passo diplomático directo em direcção aos governos de Berlim e Viena. No fragor da polémica, Bukharin voltou, na prática, a sustentar a tese da guerra revolucionária, de uma guerra civil única à escala internacional na qual a Rússia não ia ser mais do que um dos teatros de operações: os acontecimentos – afirmava – desenrolam-se segundo uma lógica de ferro, dado que «a revolução russa se alargará ou perecerá às mãos da pressão do imperialismo». Mais do que nunca, nesta oportunidade, Lenine centrou o fogo não contra a tese da guerra revolucionária que tinha cada vez mais menos partidários declarados no CC, mas contra as posições que ainda preconizavam a «espera», o impossível caminho intermédio «nem guerra nem paz». As suas palavras foram muito duras: de facto, desta maneira deslizávamos para a guerra sem ter coragem de o dizer. «joga-se com a guerra». A história dirá – advertiu Lenine – que levastes a revolução à ruína Foi nesta batalha que a posição de Trotsky sofreu a primeira inflexão: no momento da votação uniu o seu voto aos que juntamente com Lenine defendiam que se propusessem imediatamente à Alemanha a conclusão da paz e fez inclinar, assim, a balança a favor desta solução.

Na espera da resposta alemã teve lugar outro episódio interessante. Perante a nova ofensiva, a missão militar francesa, que tal como todas as representações diplomáticas em Petrogrado tinha adoptado uma conduta claramente hostil para com o novo governo soviético, decidiu dar um passo e oferecer alguma ajuda militar, mais por iniciativa própria que por vontade do governo de Paris. Na ausência de Lenine discutiu-se no Comité Central se tal oferta podia ser aceite. Os dirigentes bolcheviques dividiram-se uma vez mais: mas foram precisamente os partidários da guerra revolucionária, na sua maioria, os que se pronunciaram contra a aceitação julgando «inadmissível utilizar o apoio de qualquer imperialismo». No entanto, prevaleceu por um voto a tese oposta. (O episódio teve as suas sequelas quando a paz de Brest já tinha sido assinada mas ainda não fora ratificada no Congresso dos Sovietes. Para o caso de um reinício das hostilidades com a Alemanha, que se considerava sempre possível, ou de um ataque japonês no Extremo Oriente, que parecia provável, o governo soviético dirigiu um nota ao norte-americano através do embaixador Robbins que se encontrava na Rússia como chefe da Cruz Vermelha norte-americana, para ver que ajuda estariam dispostos a oferecer à Rússia soviética as potências ocidentais em tais condições, particularmente os Estados Unidos. Mas essas potências, que já estavam a pensar numa intervenção para restabelecer a velha ordem, deixaram sem resposta a nota.)

A sessão decisiva do Comité Central realizou-se em 23 de Fevereiro, quando os alemães já tinha dado a conhecer as suas novas condições de paz, muito mais duras que as anteriores. Já não era possível nenhuma posição intermédia. Disso se deram conta todos, adversários e partidários da paz. Apenas Estaline pensou, por um momento, que se pudesse conseguir que as novas cláusulas fossem objecto de novas negociações, mas foi-lhe argumentado, tanto de uma como de outra parte que tal já não era possível. Os alemães faziam um ultimato: As suas condições não eram negociáveis, ou se aceitavam ou se rejeitavam. Lenine lançou para a balança a ameaça da sua demissão. «Se não assinais – disse – tereis assinado a sentença de morte do poder soviético dentro três semanas». Trotsky declarou que nessas condições não assumia a responsabilidade de votar pela guerra: por isso absteve-se. Outros três partidários da guerra revolucionária decidiram abster-se, mas mostrando explicitamente que continuavam hostis á assinatura da paz. Com tudo isto foi aprovada a decisão de assinar a paz, o que provocou de imediato uma crise e renúncias tanto no Comité Central como no governo. Foi no meio desta atmosfera de pleno confronto que teve de ser designada, depois de prolongadas e tensas discussões, a delegação que ia ser enviada a Brest para assinar o tratado de paz. Pela parte soviética subscreveram o documento Sokólnikov, Karakhan, Tchitchérin e Pietrovski, a 3 de Março.

A batalha entre Lenine, Trotsky e os «comunistas de esquerda» continuou durante o VII Congresso do partido. Mas as teses de Lenine afirmaram-se nele de forma resoluta e o congresso autorizou a ratificação do Tratado de Brest com uma deliberação que então se manteve secreta no seu texto completo (a imprensa limitou-se a publicar a notícia sobre a

decisão adoptada). Afirmava-se que o congresso dava aquele passo devido à falta de um exército, pela extrema penúria dos fornecimentos à frente de batalha e pela necessidade de aproveitar a menor possibilidade de trégua concedida pelo imperialismo contra a República dos Sovietes. O congresso sabia-o – e dizia-o claramente – que rapidamente seriam inevitáveis novos confrontos entre os estados imperialistas e a Rússia soviética: por isso sentia a necessidade de preparar o país para tal emergência, não só através do esclarecimento das massas, o que era indispensável, mas também com «as medidas mais enérgicas, draconianas, desapiedadamente decididas» dirigidas à elevação da disciplina interna e ao alistamento num exército revolucionário. «O congresso – afirmava-se na resolução – vê a garantia mais segura para o reforço da revolução socialista que triunfou na Rússia, unicamente na sua transformação numa revolução proletária mundial». O congresso expressava a sua convicção que, também para os interesses da revolução mundial, o passo que se dava nessas condições era «necessário e inevitável». Por outro lado, o proletariado russo ia continuar a apoiar com todas as suas forças e com todos os meios ao seu alcance o movimento revolucionário nos restantes países. Enfim, o congresso, por proposta de Lenine, deu plenos poderes ao novo Comité Central para denunciar todo o tratado de paz imposto pelos estados imperialistas [41]. O tratado de Brest foi declarado nulo pelos soviéticos em 13 de Novembro de 1918.

* * *

Da difícil luta de Julho, através da marcha triunfal de Outubro, a revolução tinha chegado, assim, à sua primeira duríssima batalha defensiva e podia dizer que tinha saído vitoriosa desta prova. Sob a direcção de Lenine, o Comité Central eleito no Verão de 1917 tinha cumprido a sua missão histórica. É certo que as dificuldades não acabaram para o poder soviético. Em Abril de 1918, as tropas japonesas desembarcaram em Vladivostok. Poucos meses mais tarde era a vez das forças armadas inglesas que agrediam o país pelo norte. Começavam a intervenção e a guerra civil. A revolução no Ocidente demorará muito mais do que os bolcheviques tinham imaginado nas suas discussões de 1917 e 1918. O caminho que os povos soviéticos iam ter que percorrer para transformar o seu país ia ainda ser incrivelmente longo e duro. Novas batalhas, conflitos ainda mais duros, fracturas muito mais irreparáveis ainda se virão a verificar entre os comunistas que se mantiveram na sua direcção. Mas a experiência que o seu partido teve nos meses compreendidos entre o VI e o VII Congressos ficará, apesar de todas as vicissitudes, como a página mais importante de todo o movimento operário e o ponto mais alto até agora alcançado por toda a história humana. O testemunho que estas actas prestam nunca poderá ver diminuído o seu valor.

Notas:

[1] Reed, John - Diez días que conmovieron el mundo. B. Aires: Nueva Senda, 1967, pp. 57-58

[2] Ver actas nº 25 e 26

- [3] Estaline, J. - Trotskismo ou Leninismo? Obras Completas. B. Aires: Fundamentos, 1956, VI Tomo, pp. 297-326
- [4] Morizet, André - Chez Lenine et Trotsky. Paris: La Renaissance du Livre, 1922, p. 101
- [5] Ver acta nº 6
- [6] Ver acta nº 1
- [7] Shestói Siedz RSDRP (bolshevikov) - Protokoly, Moskva, Gospolitizdat, 1958, pp. 14-20 [[6º Congresso do POSDR\(b\) – Protocolos. Moscovo: 1958](#)]
- [8] Yaroslavsky, E. - Nakanunie oktiabria. Shestói siezd RSDRP (b). Moskva: Stari Bolshevik, 1932, pp.36-37 [[Em vésperas de Outubro. 6º Congresso do POSDR\(b\). Moscovo: 1932](#)]
- [9] Lenine, V.I.- Obras Completas. B. Aires: Cartago, 1957, XXIV, pp. 427-428
- [10] Acerca de las consignas. O artigo, escrito em meados de Julho de 1917, foi publicado num folheto separado, ao qual frequentemente se faz referência na discussão do VI Congresso. Ver Obras, edic.cit., XXV, pp.175-182.
- [11] Shestói Siedz RSDRP (bolchevikov). edic.cit.
- [12] Un chantaje político. Artigo publicado em Proletari, em 24 de Agosto (6 de Setembro) de 1917, em Lenine, Obras, edic. cit., XXV, pp. 249-252.
- [13] Siedmaia (aprielskaya) vsierossiskaya konferencia RSDRP (bolchevikov) – Protokoly, Moskva, Gospolitizdat, 1958 [[7ª Conferência \(de Abril\) do POSDR\(b\) – Protocolos. Moscovo: 1958](#)]
- [14] Para além das actas já citadas da 7ª Conferência (de Abril), tem-se em conta o artigo de Lenine: As tarefas do proletariado na nossa Revolução. Lenine, V.I., Obras, edic. cit., XXIV, pp.47-84
- [15] Lenine, V.I.- Obras Completas. edic.cit., XXV, pp.232-234
- [16] Ver acta nº10
- [17] Sobre os Compromissos. Artigo publicado em Rabotchi Put. Lenine, V.I.- Obras, edic.cit., XXV, pp.296-301
- [18] Acta nº11 e seu anexo
- [19] Del diario de un publicista. Los errores de nuestro partido. Lenine, V.I., Obras, edic. cit., XXVI, pp.41-47
- [20] Acta nº16 e seus anexos
- [21] Shestói Siedz RSDRP (bolchevikov). edic.cit.
- [22] Acta nº18
- [23] Los heroes del fraude y los errores de los bolcheviques. Lenine, V.I., Obras, edic. cit., XXVI, pp.33-40
- [24] Del diario de un publicista. Los errores de nuestro partido. Lenine, V.I., Obras, edic. cit., XXVI, p.46
- [25] La crisis ha madurado. Lenine, V.I., Obras, edic. cit., XXVI, pp.63-74
- [26] Acta nº23
- [27] Acta nº25

- [28] Histoire de la Révolution russe.V.III, Paris: Editions Sociales, 1950, p.31. Esta obra é em muito uma das expressões mais características da historiografia do «culto da personalidade».
- [29] Acta nº26 e anexos da acta anterior
- [30] Carta a los camaradas. Lenine, V.I., Obras, edic. cit., XXVI, pp.182-198
- [31] Lenine, V.I., Obras, edic. cit., XXXVI, p.603
- [32] Acta nº27 e anexos
- [33] Acta nº31
- [34] Acta nº34
- [35] 7ª Conferência (de Abril), edic. cit., p.243
- [36] Dokumenti Vneshnei politiki SSSR, v.I, Moskva, Gospolitizdat, 1957 [*Documentos da política externa da URSS. Moscovo: 1957*]
- [37] Palabras finales para la tesis sobre el problema de la inmediata concertación de una paz por separado y anexionista. Lenine, V.I., Obras, edic. cit., XXVI, p.433
- [38] Acta nº37
- [39] Trotsky,L. – La mia vita. Milano: Mondadori, 1961, p.290
- [40] The Times. 7 de Dezembro de 1917; citado por Carr, The Bolshevik Revolution, v.III, London, Macmillan, 1953, p.27
- [41] KPSS v revolutsiakh. v.I, Moskva, Gospolitizdat, 1953, pp.404-405 [*O PCUS nas revoluções. Moscovo: 1953*]

* Historiador italiano especializado em temas da URSS.

Tradução do espanhol de José Paulo Gascão, a partir da edição mexicana, Edições Passado e Presente, 1978.

Revisão de Catarina Almeida